

Movimentos Sociais: o desafio de mobilizar, propor e afirmar

Social Movements: the challenge of mobilizing, propose and affirm

Claudia Regina Bonalume¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

Um caminho em permanente construção percorrido pelos movimentos sociais que fazem parte das mudanças culturais, econômicas, sociais e políticas das sociedades. Procuo fazer uma análise acerca dessa história, focada no período mais recente, tomando como ponto de partida as organizações em torno de demandas específicas e as questões de classe, passando pela incorporação de grupos e de pautas identitárias, causas ambientais e sociais e pela inclusão de dimensões subjetivas, chegando aos atuais movimentos e contramovimentos, cada qual com suas demandas que podem ser específicas, múltiplas, ou mesmo sem foco. Busco pistas que permitam e provoquem a reflexão acerca do momento atual, abarcando as mobilizações, os protestos e o uso das plataformas digitais pelos movimentos sociais, tentando apontar formas de organização, motivações, aproximações e especificidades que os colocam no complexo cenário atual.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Poder. Resistência.

Abstract

A path in permanent construction covered by social movements, which are part of the cultural, economic, social, and political changes of societies. I try to do an analysis of this history, focused on the most recent period, taking as a starting point the organizations around specific demands and class issues, then, secondly, the incorporation of groups to identity politics, environmental, and social causes, and also the inclusion of subjective dimensions, and, lastly, the current movements and countermovements, each one with its demands that can be specific, multiple, or even without focus. I look for clues that not only allow, but also provoke reflections on the current moment, encompassing mobilizations, protests, and the use of digital platforms by social movements, while also pointing out forms of organization, motivations, approaches and specificities that place them in the current complex scenario.

Keywords: Social Movements. Power. Resistance.

1 Introdução

Trago a pauta dos movimentos sociais em um contexto histórico no qual as polaridades estão em alta, as certezas sendo dissolvidas e a capacidade de resistir pela organização e mobilização reduzida. Falar em movimento social nesse contexto implica tentar organizar o movimento caótico de informações encontradas que mistura movimentos como os tradicionais ou de esquerda, os velhos, novos e novíssimos movimentos sociais, os movimentos populares, os movimentos de direita, os de protesto, os contramovimentos, entre outros, cada qual com histórias, especificidades e singularidades inter e intramovimentos que o torna singular.

Debord (2011) chama atenção para a impossibilidade de apreciação de uma sociedade tendo como verdade a concepção que ela tem de si própria, assim como olhar para épocas em transformação tendo como referência a consciência que quem vive nessas épocas tem da própria transformação. Vivenciamos atualmente um momento de transição o qual afeta inclusive o que era entendido por movimento social até o início dos anos 2000. São muitas as mudanças que demandam análises em relação aos dias atuais, sem a pretensão de encontrar respostas, mas sim pistas.

Muitos de nós estamos nos perguntando o que estaria acontecendo com a sociedade brasileira e com parte do mundo neste momento histórico: os Estados Unidos são governados por Donald Trump, um republicano que defende ideias de extrema direita, e os crimes de ódio naquele país vêm crescendo. O governo da Itália foi tomado por um neofacista que tem extinguido direitos a todo momento. Aqueles que defendem o nazismo têm crescido na Europa, e o Brasil está com um

governo que defende questões, como ditadura, machismo, homofobia, armamento da população, desenvolvimento sem responsabilidade social e ambiental e o desmonte de políticas públicas.

Se esses governantes estão sendo eleitos e ocupando cada vez mais espaços, é possível deduzir que ideias como as deles se proliferaram na sociedade. A misoginia, o machismo, a homofobia, a apologia à violência, a defesa do autoritarismo e da meritocracia, presentes nas manifestações de determinados grupos e em notícias falsas, têm feito aumentar o ódio, o extremismo e a intolerância e, conseqüentemente, o medo entre os brasileiros e brasileiras. Levitsky e Ziblatt (2018) alertam para o crescimento do campo liberal conservador, ou de uma extrema direita, estranhos ao que conhecemos e que comprometem a democracia. Se essas são as relações de poder estabelecidas no momento, como e onde estão as resistências, desafios, dissensos e contrapoderes? A chegada a esse cenário e o resistir a ele demandam organização em torno de objetivos políticos, em especial, da sociedade civil.

Apesar de, na linguagem corrente, aparentemente haver um certo consenso de que todos os projetos políticos defendem e buscam uma sociedade civil participativa e propositiva, isso escamoteia propostas antagônicas. O conceito de sociedade civil é variado e divergente, a depender, principalmente, do período e do projeto político ao qual está vinculado. No momento brasileiro atual, a sociedade civil organizada tem tido dificuldades para fazer parte da disputa de poder.

A forma de organização, participação e os motivos que mobilizam as pessoas também tem variado muito. Temos percebido, por exemplo, o crescimento de movimentos que levantam bandeiras contrárias aos interesses da coletividade. Hall (2003) nos ajuda a pensar nisso quando fala do caráter não racional, abordado por Gramsci (2018), no elemento fé; fé que está presente no grupo social no qual a pessoa esteja engajada e que permite a ela duvidar de um adversário argumentador, uma vez que não se encontra sozinha, pois faz parte de um grupo que pensa daquela forma. Se este elemento vale quando estamos falando de movimentos sociais pró-democracia e pró-direitos humanos, valeria também aos contrários? Seria essa uma explicação plausível para o cenário atual?

Tendo presentes essas inquietações, o objetivo deste artigo é fazer uma reflexão teórica acerca das pautas e formas de organização que vêm sendo utilizadas pelos movimentos sociais nas últimas décadas, em busca de pistas para compreender o momento atual. Foco minha busca mais em porquês e em possibilidades, do que em definições, estabelecimento de relação de causa e efeito ou em encontrar processos evolutivos lineares.

2 A Constituição dos Movimentos Sociais

Resistir ao poder do outro pode mobilizar pessoas e grupos em busca de novas possibilidades de subjetivação frente às normalizações. Falo aqui de poder como resultado das relações que se estabelecem entre grupos ou indivíduos e que produz a capacidade de um se sobrepor, mediante arranjos hegemônicos, sobre os interesses imediatos de outros grupos ou outros indivíduos. Recorro a Foucault (1979, p. 234) para abordar a relação entre poder e resistência “Se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder”. Para o autor, o poder nunca está em determinado (s) lugar (es) ou pessoa (s), por isso, não é apropriado em forma de riqueza ou bem (FOUCAULT, 1979). O poder funciona e se exerce em rede. Nessas redes, as pessoas não só circulam, como estão sempre em posição de exercer e/ou de sofrer ações de poder.

Dessa forma, as sociedades são constituídas por relações de poder e os que detêm esse poder em determinada ocasião edificam as instituições, a partir de seus valores e interesses. No caso do Brasil, podemos nos desafiar a pensar em como os valores e interesses do poder que aí está chegaram a essa posição e vêm sendo perpetrados. Castells (2017) afirma que isso pode ser feito por meio da coerção, da ameaça com persuasão e da construção de consenso, pelo significado na mente das pessoas, com o de mecanismos de manipulação simbólica. Trata-se da busca de construção da legitimidade, ou de anuência e ressignificação, assim, as relações de poder estariam embutidas nas instituições da sociedade, em especial, no Estado.

As relações estabelecidas com esses e outros canais são políticas e Mouffe (2015) trata do conceito de político iniciando pela distinção entre a política e o político. Para ela, a política estaria no campo ôntico, referenciada no aspecto empírico dos fatos da atuação política, às práticas e às instituições que organizam a coexistência humana, no contexto conflituoso criado pelo político que, por sua vez, estaria no âmbito ontológico, relacionado à própria formação das sociedades humanas, com seus espaços de poder, antagonismos e conflitos. A autora critica a negação do político e, conseqüentemente, do antagonismo, no campo teórico e em práticas políticas, a exemplo da liberal, tão presente nos dias atuais.

Mouffe (2015) acredita que, para que o político seja considerado constitutivo, as categorias hegemonia, antagonismo e conflito, enquanto dissenso, devem assumir papéis centrais no processo de construção da democracia. Nas sociedades, os indivíduos atuariam motivados por interesses, pela razão e pelas paixões. Ao considerar que as identidades são relacionais e as diferenças fazem parte de sua constituição, pela distinção entre o nós e o eles, que é condição para a formação de identidades políticas, de acordo com a maneira como a relação nós e eles for tratada, teríamos a construção de agonismos ou de antagonismos. Enquanto que, no antagonismo, os lados são tidos como inimigos e não veem nada em comum, no agonismo, o oponente é reconhecido como legítimo e, embora ciente da inexistência de solução racional do conflito, é tido como adversário.

Os movimentos sociais, constituídos por pessoas, atuam como alavancas de mudança social, surgem e se formam para exercer o agonismo, enquanto contrapoder, cujas raízes estão nas injustiças sociais, presentes em todas as sociedades, confrontadas pelas aspirações humanas por justiça. O conjunto de causas estruturais, como as más condições econômicas, sociais e políticas, o desemprego, a carestia, a desigualdade, a pobreza, a brutalidade policial, a democracia deficitária, a corrupção e a piora nas condições de vida nas cidades, somado aos motivos individuais, contra uma ou mais dimensões dessas injustiças, não vistos como inevitáveis e ou insuperáveis, são constitutivos do que se pode chamar de movimentos sociais.

Iasi (2007, p. 13), estudioso do processo de formação da consciência, parte da indagação, a qual segue: “Como os indivíduos moldados para a conformidade e o consentimento podem se rebelar contra a ordem que os moldou?”. Trata da emoção como revolta, que abre a possibilidade de o indivíduo ir além do que ele chama de primeira forma de consciência e, mediante “certas condições”, essa “revolta pode se tornar uma passagem para uma nova etapa de consciência” que ele nomeia de “consciência em si” ou “consciência da reivindicação” (IASI, 2007, p. 28).

Tanto Castells (2017) quanto Iasi (2007) indicam o grupo como facilitador e catalisador, para que o medo e/ou a revolta, gerados pela crise ideológica, saiam do plano individual e alcancem uma dimensão coletiva. Isso se deve ao fato de o grupo possibilitar o reconhecimento no outro das mesmas injustiças sofridas e percebidas no âmbito pessoal. A segunda etapa de consciência de Iasi (2007) é onde se formam as lutas e movimentos populares e sindicais, pela “[...] percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos” (IASI, 2007, p. 30).

Apesar de serem as emoções pessoais as sementes dos movimentos, seguidas pela constituição de redes de relações, baseadas na empatia coletiva, Castells (2017) chama atenção para o fato de as ideias, ideologias e propostas programáticas, construídas por e nessas redes, constituírem substâncias indispensáveis para a passagem da ação, provocada pela emoção, à deliberação e feitura de projetos, que visem conectar as demandas de hoje ao amanhã almejado. Os referidos aspectos diferenciam os movimentos sociais, essencialmente culturais e com objetivos políticos, dos de protesto que, não raras vezes, não avançam para o segundo estágio.

O movimento passa a existir a partir da ação, que gera a sensação de empoderamento. A passagem depende de um processo de comunicação eficaz, com consonância cognitiva entre interlocutores. No decorrer da história os movimentos sociais têm atuado enquanto sociedade civil, na produção de novos valores e objetivos, em torno dos quais as instituições sociais têm sido transformadas, incorporando parte desses valores a outras formas de organização da vida social.

Tratar da relação de poder e contrapoder entre Estado e sociedade civil é importante atentarmos para a tendência de que não se tratam de campos opostos, independentes, ou mesmo contraditórios. Cumpre lembrar que Gramsci (1987) afirma que a sociedade civil e a sociedade política não são lógicas reciprocamente excludentes, são partes do Estado em seu sentido ampliado. A dicotomização remete a uma visão positivista da realidade na qual um é definido por antítese do outro, enquanto antagonistas. Assim, caberia a reflexão: a quem serve o avanço da ideia de que o fortalecimento do que não depende do Estado é o caminho para a emancipação social?

Além de reforçar a noção de Estado mínimo, este tipo de entendimento, acerca da sociedade civil, diminui o papel da política e a democracia. Avritzer (2012) afirma que os estudiosos que defendem o conceito gramsciano de sociedade civil focam suas análises na ideia de conflito e de luta pela hegemonia cultural na sociedade civil, entendendo que “[...] o elemento central das sociedades civis latino-americanas deveria ser a tentativa de ir além de uma concepção funcional da política para se concentrar em disputas de hegemonia no campo da cultura e no território geográfico.” (AVRITZER, 2012, p. 384).

Trata-se de evidenciar que Estado, mercado e sociedade civil são faces de uma mesma realidade, se interconectam e são perpassados por disputas e definições de poder.

O “civil” não pode ser entendido como o apolítico, mas como espaço de descobertas e concepções de formas mais amplas e profundas de realização dos conflitos sociais, que enfatiza a ressocialização dos indivíduos e subjetividades. (ROCHA, 2007, p. 581)

Como faces da mesma realidade, o Estado, o mercado e a sociedade civil, historicamente, transformam-se e são transformados, em uma interação constante. Os movimentos sociais fazem parte desse processo tendo como um dos marcos iniciais, no caso brasileiro, a urbanização que demandou organização em busca de condições de vida no novo meio. Tendo em conta o limite desse artigo, dou um salto para a segunda metade do século XX, entendendo ser esse um período fértil para a busca de pistas que ajudem a compreender a atual cultura política que envolve os movimentos sociais.

3 Movimentos Sociais: contextos e desafios históricos

Quando falamos em nova cultura política, estamos supondo que existia a velha. Isso obriga-nos a refletir sobre como se constitui o novo. Toda a novidade nasce no corpo de uma ex-novidade, que começou a envelhecer. E as novidades não surgem por decreto, pois há interligação entre as coisas que vão ficando velhas e as coisas que vão nascendo. (FREIRE, 1995, p. 71)

Tendo presente esse olhar para o novo como fruto de um processo anterior, Foucault (2008) identifica na sociedade civil três tipos de lutas sociais, que ganharam forma a partir dos anos de 1960: 1) aquelas que fazem frente às formas de dominação (gênero, étnicas, religiosas) e afirmam o direito à diferença; 2) aquelas que contestam as formas de exploração do trabalho, formas estas que separam os indivíduos daquilo que produzem, e atuam contra os privilégios do saber; e 3) as lutas contra a sujeição, as formas de subjetivação e submissão, que confrontam aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros. São lutas transversais, objetivam efeitos do poder, por isso, são imediatas e anárquicas, não esperam soluções para problemas futuros, objetivam opor-se a uma forma de poder que submete um grupo de indivíduos a alguém e a sua própria identidade, pelo conhecimento.

Essas diferentes lutas sociais procuram enfrentar poderes que as oprimem resistindo a eles, não mais em termos de revolução, mas da emergência ou erupção de ânimos, oriundos de novas subjetividades coletivas, levantes, erupção de forças e sublevação de saberes dominados. Essas seriam algumas das formas contemporâneas de luta, não mais a revolução e a figura solitária do revolucionário, mas a subjetividade coletiva das insurreições, organizadas de forma dispersa e transversal, sem centro (FOUCAULT, 2008).

Abordando essa organização, Hall (2015, p. 20-21) enfatiza que:

As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas.

Na mesma direção, Mouffe (2015) afirma que temos visto o crescimento quantitativo dos novos movimentos e lutas políticas, protagonizados por grupos sociais, os quais são organizados a partir de identidades, dentre eles: estudantes, mulheres, pessoas LGBTQs, grupos étnicos, religiosos, pacifistas, ecológicos e outros. Diante dessa nova realidade não é mais possível acreditar, como faziam até então os movimentos sociais tradicionais, em uma vontade coletiva hegemônica e absolutamente unitária, uma vez que isso tornaria inútil o momento da disputa política que é discursivo e, por sê-lo, trata-se de uma construção social não dada *a priori*, a qual envolve heterogeneidades, articulação entre os integrantes e construção das vontades coletivas que podem ser válidas apenas para determinado grupo e momento histórico.

Se antes as disputas políticas focavam na luta operária e nos interesses de classe, novos movimentos sociais passaram a enfrentar os dilemas partidários para afirmar que o que é pessoal é também político. Seriam movimentos cujas reivindicações incluíam, além da extensão de direitos supostamente universais, em prol de uma igualdade abstrata e da renovação das formas de vida política, questões não materiais, direitos específicos de determinadas identidades, destarte, não universalizáveis, o chamado direito à diferença.

Além da inclusão da questão da identidade, os movimentos sociais brasileiros ganharam força a partir dos anos de 1980, com o fim da ditadura militar, e vêm passando por uma série de mudanças que afetam e são afetadas por cada contexto histórico. Tais mudanças vão da forma de organização e manifestação aos objetivos que levam à luta. Identifiquei algumas mudanças que considero centrais e, embora tratem de especificidades, se interconectam em torno do tema central dessa reflexão, os desafios dos movimentos sociais.

A aproximação com o Estado, na elaboração de marcos legais, definição e implementação de políticas públicas foi uma dessas mudanças. Considerada luta por direitos, por alguns, forma de dar agilidade e eficiência às ações, por outros e subordinação, tutela, perda da autonomia dos movimentos por um terceiro grupo, essa é uma questão que divide opiniões entre estudiosos e militantes.

Aprofundando essa questão Avritzer (2012) que aponta duas diferenças em relação ao modelo dualista do século XIX, de diferenciação do Estado e da sociedade. A primeira diz respeito a um significado tripartite, representado pela diferenciação não só da sociedade civil com o Estado, mas também com o mercado, como esfera das atividades econômicas privadas, distinta da sociedade civil. A segunda está relacionada ao fato de o conceito de sociedade civil ser ressignificado para explicar processos sociais vivenciados pela Europa do Leste e pela América Latina que mostravam que a solidariedade social não encontrava uma solução satisfatória na esfera privada.

A sociedade civil no Brasil, no processo de democratização, seguiu por esse conceito tripartite, uma vez que, para Avritzer (2012), vinculou o surgimento do conceito ao processo de reconstituição dos laços sociais, pela população empobrecida da América Latina, e ao envolvimento de setores da classe média, pressionada pelo regime autoritário. A sociedade civil, neste contexto, permitia “[...] diferenciar os novos atores sociais emergentes tanto do mercado, aqui entendido como os interesses econômicos privados associados ao regime autoritário, como do Estado autoritário” (AVRITZER, 2012, p. 385).

Tal cenário levou quadros que atuavam assessorando os movimentos a participar da criação ou a incorporar organizações autônomas (Organizações não Governamentais – ONGs) que se propunham superar as deficiências organizacionais dos movimentos. Entre o público e o privado, cresceu o público não estatal, no qual as políticas de parceria foram ponte de articulação. As ONGs passaram a ser vistas como alternativa contra o afastamento e burocratização do Estado, na relação com o cidadão, por representarem uma oportunidade de controle público sobre este Estado. Gohn (2013) afirma que isso mudou determinados aspectos na forma de atuação dos movimentos sociais. Mobilizar deixou de ser focado no desenvolvimento de uma consciência crítica, pelo trabalho de formiguinha nas bases, e passou a significar arregimentar e organizar a população para a participação em projetos sociais: “O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais” (GOHN, 2013, p. 143). Os movimentos e ações coletivas do período foram marcados

por um misto de estratégias de ação de determinados grupos sociais versus as lutas e ações em prol de novas identidades sociais, culturais e políticas (GOHN, 2013). Parece ter faltado fôlego para dar conta de tudo, com isso a frente mobilizatória teria perdido espaço em prol da institucional, o que justificaria, em parte, as dificuldades de organizar a resistência enfrentadas atualmente.

Outra mudança foi marcada pelo avanço dos meios de comunicação, inicialmente da TV e dos jornais, nos anos de 1990, impulsionado pela era digital nos anos 2000 e alçado a um patamar muito diferente na era dos algoritmos. Tal avanço gerou uma pressão social que, para Gohn (1997), colocou esses meios como um quarto poder, uma espécie de termômetro do poder de pressão dos grupos que a eles têm acesso. A oralidade e a participação presencial foram significativamente substituídas pela escrita, pelos sinais dos computadores, pelos contatos virtuais e, agora, pelas *fake news*. Os efeitos disso ainda são pouco conhecidos.

Além dessas três questões, as ações em torno da cultura e da educação, no debate político dos anos de 1990, incorporaram a dimensão subjetiva, com temas como a felicidade, indicando uma mudança nos valores e nas orientações que informavam e fundamentavam a ação social. Goldman (2007) destaca esse aspecto por colocar a noção de cultura no centro dos discursos e das práticas de diversos grupos, sem com isso indicar um caráter evolucionista.

Na verdade, os debates aqui evocados de forma apenas alusiva continuam muito vivos, e é claro que o movimento operário, os movimentos sociais e culturais, as ONGs seguem coexistindo em diferentes graus de tensão, opondo-se e compondo-se não apenas entre si, mas com o Estado que, bem ou mal, também continua por aí. (GOLDMAN, 2007, p. 13)

Diante dessas mudanças e da nova cultura política que foi se desenhando, o perfil dos movimentos sociais se alterava, redefiniam-se. Ao mesmo tempo em que eles atuavam como coautores, eram também vítimas das novas conjunturas. Coautores, tendo em vista que suas ações provocavam mudanças na garantia de direitos e vítimas, quando as forças no poder os enfraqueciam, pela escolha deliberada

de políticas, a exemplo das neoliberais. Novas correlações de força e de poder demandavam aprendizagens, estratégias, práticas, laços, relações e explicações.

Canclini (2015) traz um complemento acerca da experiência dos movimentos sociais, inclusive na América Latina, a qual estaria gerando uma redefinição do entendimento de cidadão em relação tanto aos direitos à igualdade como à diferença. O autor acredita que a insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania tem provocado a busca de outras formas de cidadania, como uma cultural, outra racial, outra de gênero, outra ecológica e assim por diante. Ele vê dificuldade nisso, uma vez que cada uma foca-se em si, gerando uma multiplicidade de reivindicações isoladas.

Com um olhar mais otimista, Hall (2003) afirma que as diferenças apontadas são uma marca das sociedades modernas, nas quais existe uma pluralidade de centros de poder e não um único centro, como se acreditava. Como consequência, ampliam-se os jogos de poder, as divisões e as contradições internas. Não há determinismo nem homogeneidade na forma como as questões são recebidas. Nesse sentido, na luta cotidiana pela hegemonia, grupos sociais distintos fazem alianças e negociam, a depender do momento ou do contexto, o que nos leva a perceber que não existem oposições absolutas, tais como urbano e rural, popular e elitizado, moderno e tradicional.

Esse aspecto é abordado também por Goldman (2007), ao afirmar que, apesar de reunirem grupos aos quais se convencionou chamar de minorias, não significa que devam ser analisados em oposição a outros, sejam eles outras minorias ou a maioria. Nessas abordagens maioria supõe um estado de dominação. O autor sugere a necessidade de atentarmos para o aspecto de movimento dos movimentos, “[...] desde que recuperemos o duplo sentido que esse termo pode ter, o de grupo, certamente, mas também o de algo que se move” (GOLDMAN, 2007, p. 15). Além da busca pela afirmação de determinada identidade e/ou cultura, o movimento que é produzido traça linhas de fuga e constrói territórios existenciais. “‘Ser’ uma minoria pode consistir apenas em um modo de ‘não ser’ maioria, ou seja, uma forma para exprimir situações de resistência ou de deriva frente a uma situação majoritária qualquer” (GOLDMAN, 2007, p. 15).

As mudanças, sejam por questões econômicas, tecnológicas, sociais ou mesmo devido a políticas que se fundem, geram estruturas, práticas, movimentos, com novas formas de se organizarem. Canclini (2011) trata isso como positivo para a formação de uma sociedade. Diante de processos que ele denomina hibridização, constantes em época de globalização, a noção de identidade não pode ser tratada com anseios de pureza, autenticidade, pois são justamente as misturas que formam as identidades culturais. São as mudanças de significado, resultantes das interações, que precisam ser analisadas.

Seguindo as pistas dessas mudanças, chegamos ao momento no qual a ênfase na participação institucionalizada, normatizada, vivenciada no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, foi apresentando sinais de esgotamento na segunda década do século XXI. Esses sinais foram demarcados pelas manifestações civis nas ruas do Brasil, em junho de 2013¹. Castells (2017) afirma que tais manifestações fizeram parte de novíssimos movimentos sociais em rede ocorridos mundialmente.

Tentando trazer contribuições para esta reflexão, recorro à entrevista do *Jornal Nexo* com a professora Eugênia Carlos (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES) e o professor Pablo Ortellado (Universidade de São Paulo – USP) acerca do que poderia ser considerado movimento social na atualidade, tendo presente os novos grupos, organizados de maneira diferenciada, que passaram a reivindicar o reconhecimento enquanto movimento social. Os professores destacaram a dificuldade de aplicação das definições clássicas da literatura acadêmica neste momento histórico. Tal literatura permite o reconhecimento de movimentos tradicionais, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), dos diversos movimentos feministas, entre outros. No entanto, se movimento social implica a existência de grupos organizados (coletividades, redes de atores), em torno de objetivos (causas sociais, bandeiras de luta) e atuação política, o que diferencia os tradicionais dos novos movimentos de protesto seria suficiente para excluí-los da categoria movimentos sociais? Mesmo sem apresentarem uma resposta assertiva para esta questão, os entrevistados problematizaram o fato de se incluírem nesta categoria os grupos organizados de direita que, até a década

de 1980, eram raros e tratados como algo exótico, a exemplo dos Skinheads (neonazistas) e dos Klu Klux Klan (supremacia branca). São contramovimentos, os quais proclamam pautas contrárias aos movimentos sociais do campo político, pautas estas que retroagem o direito, o reconhecimento e a justiça social a respeito de certos grupos e segmentos da sociedade, a exemplo das mulheres (CARLOS; ORTELLADO, 2018).

Esses contramovimentos passaram a ganhar espaço e chamar nossa atenção, enquanto estudiosos, principalmente na última década. Castells (2017) e Gohn (2013) apontam que o momento político mundial que alimentou esse processo teria como marco a crise financeira de 2008, a qual provocou uma ruptura entre as etapas das lutas sociais em várias partes do mundo. A partir dela ganharam visibilidade os que são considerados novíssimos movimentos sociais que lutam por: 1) defesa das culturas locais, contra os efeitos da globalização; defesa esta que busca um padrão civilizatório orientado para o ser humano e para o resgate do caráter e sentido das coisas públicas (espaços, instituições, políticas); 2) ética na política e olhar atento à atuação estatal/governamental, chamando a atenção da população para o que é público e vem sendo mal direcionado ou utilizado indevidamente; e 3) mais tolerância às áreas do cotidiano, aspectos da subjetividade da vida das pessoas, como sexualidade, religiosidade, valores etc.

Como a sociedade é diversa, ao mesmo tempo em que movimentos sociais, sejam eles tradicionais, novos, novíssimos, de esquerda ou socialistas trouxeram essas pautas para a disputa pelo poder, outros grupos, que defendem projetos diversos de mercado, cultura e sociedade, também vieram compor esse cenário. Os movimentos de direita com bandeiras que divergem das mencionadas anteriormente, a exemplo da defesa do capitalismo e de uma pauta liberal conservadora, mais voltados aos interesses partidários do que aos da população. Parte desses seguem a lógica do agonismo, enquanto uma disputa de legitimidade que trata o outro como adversário. Há ainda os que vão pelo lado antagônico, pregando a intolerância, a não democracia e tratando o que consideram “outro” como inimigo, alimentando ódios e guerras. Essas identificações, embora baseadas na diferença, não são fixas ou

homogêneas, nesse sentido classificá-las como boas ou más, certas ou erradas seria arbitrário. No entanto, quando determinados grupos, a exemplo do último mencionado, vão contra os princípios básicos de um movimento social não há como considerá-los na mesma direção, daí a caracterização em contramovimentos.

No caso brasileiro, a divisão nesses três grupos ganhou ênfase a partir de 2013, durante o terceiro mandato de governos petistas², marcado, segundo Castells (2017), por significativo desenvolvimento econômico, substancial redução da pobreza, embora isso não tenha sido acompanhado de redução da desigualdade social, e melhora expressiva em áreas como saúde, educação e habitação. As manifestações de junho daquele ano tiveram como estopim os reajustes das passagens de ônibus, promovidos por prefeituras de grandes centros urbanos, no entanto, outras pautas e demandas foram sendo agregadas a esta, agravando a crise e alimentando manifestações pela saída da Presidenta, conhecidas como Fora Dilma.

Castells (2017) aponta a piora das condições de vida nas metrópoles – em termos de degradação ambiental, segurança, serviços urbanos, trânsito e transporte – como fatores determinantes às dimensões tomadas pelo movimento. O autor lembra que o país atravessou, nas últimas décadas, uma onda de metropolização, chegando a 82% da população vivendo em áreas urbanas. Além disso, adotou um modelo tradicional de desenvolvimento que, apesar de gerar recursos que permitiram a retirada de pessoas da pobreza e a promoção de aumento do bem-estar da população, deterioraram a qualidade de vida urbana. E, por fim, aponta que governos locais, com pouca capacidade de gestão dos recursos públicos e/ou, em alguns casos, corruptos, levaram a um modelo especulativo de desenvolvimento, o qual priorizou os interesses empresariais, em detrimento da qualidade de vida dos moradores.

Colaborando com o entendimento dos efeitos desses processos, Canclini (2015) fala de estudos antropológicos, os quais apontam que a desorganização dos grandes centros urbanos faz desaparecerem as regras para exercer o direito à cidade. A crise na representação política, gerada pelas arbitrariedades e pela corrupção, afeta a apropriação dos empregos e dos serviços. Esses estudos indicam que, nesses ambientes,

ganham força as reações individualistas ou as de entrincheiramento corporativo, em busca de proteção em agrupamentos setoriais, que podem levar à subordinação e a paternalismos carismáticos ou religiosos.

Alonso (2017) acrescenta a esses aspectos a transformação rápida da pirâmide brasileira, durante os governos Lula e Dilma, pelo aumento de acesso à educação superior e ao consumo, o que diminuiu a distância entre estratos sociais e trouxe à tona a dificuldade de reconhecimento e aceitação, por parte dos estratos mais altos, da aproximação social provocada pela mudança nesses dois aspectos. “O processo perturbou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça).” (ALONSO, 2017, p. 50).

Além dessas questões, chamo a atenção para o aspecto da participação na disputa pela construção hegemônica na sociedade, presente em gestões petistas municipais e que parece ter ficado em segundo plano, tanto por parte dos governos federais petistas quanto dos partidos de esquerda e dos próprios movimentos sociais. Ocupados com as tarefas do Estado, que não eram poucas, priorizaram a participação representativa e institucionalizada ao trabalho de mobilização e à democracia participativa. As frentes que deveriam ser simultâneas e complementares tornaram-se concorrentes. Não estou querendo dizer que isso tenha sido uma opção deliberada, mas a tomada de decisões implica lacunas, seja na pesquisa, na vida diária, no movimento social ou no governo.

Um dos sinais de que essa lacuna existiu foram as manifestações de 2013, que deixaram explícita a insatisfação de segmentos diversos da sociedade. Analisando-as, Alonso (2017) afirma que não se tratou de um movimento homogêneo em que os manifestantes eram contra tudo. A autora identificou os três grupos nas mobilizações, cada qual com suas pautas dominantes. O primeiro, de repertório socialista e organização vertical, cobrando reformas e políticas públicas mais efetivas e a ampliação de direitos. Outro, com repertório autonomista, por justiça social, retomando signos e *slogans* anarquistas, combinando estilo de vida alternativo (contra a hierarquia de gênero, a favor do compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por

consenso e ações performáticas e diretas, contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo). O terceiro grupo, de repertório patriota, cujos manifestantes recuperavam a simbologia das Diretas Já (1984) e do Fora Collor (1992): bandeira, cores e hino nacionais, e uma pauta liberal conservadora, “[...] a favor do Estado enxuto e eficiente ‘padrão Fifa’ ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições públicas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção” (ALONSO, 2017, p. 53).

A autora trata os três grupos como movimentos, sem a adjetivação sociais. Se olharmos o que os aproxima, afasta e difere enquanto movimentos populares, entendo que os dois primeiros tratam de pautas sociais, já o terceiro se divide entre os que fariam parte de um movimento de direita e os que representam o contramovimento, tendo em vista, principalmente, o antagonismo e o desrespeito a parcelas da sociedade e à democracia pregados. Foi esse terceiro grupo que mais ganhou espaço no período das manifestações que ocorreram de 2013 a 2016.

A extrema direita, defensora do liberalismo conservador, passou a dominar o movimento, com o foco no governo petista. Segundo Castells (2017), manifestantes internacionais, como o *Anonymous* e o *Black Blocs*, que já haviam sido identificados em manifestações de outros países, formaram grupos diversos e parte deles passou a atuar para esta extrema direita, financiados por grupos empresariais, tornando o movimento ainda mais multifacetado, menos espontâneo e ambíguo na crítica à ordem política.

Os movimentos geraram impactos políticos e eleitorais. Alonso (2017) aponta como um deles o avanço da direita no sistema político brasileiro que culminou na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e no avanço das ideias defendidas pelo grupo ligado ao seu projeto de poder. Solidificou-se a retórica moralizadora pública (anticorrupção) e o moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional).

Diferente da maioria dos movimentos populares analisados por Castells (2017)³, e mesmo dos dois primeiros grupos identificados por Alonso (2017), que negavam a vinculação ao sistema político eleitoral, o grupo patriota e suas derivações no movimento brasileiro definiram

lideranças nas redes sociais, como também nas manifestações de rua e, nas eleições de 2018, as elegeram para diversos cargos, especialmente no legislativo. Esse fato indica a busca da reprodução dos próprios interesses e o estabelecimento de uma conexão direta com o sistema político, mesmo tendo se colocado enquanto críticos a este sistema, aos partidos e aos políticos profissionais.

Goldman (2007) nos ajuda a explicar este resultado, em relação ao início dos movimentos em 2013, ao se referir ao movimento dos movimentos, alertando que este, ao criar as linhas de fuga, pode desencadear processos incontrolláveis, que levam a resultados inesperados. Ou seja, o início de uma organização não dá a dimensão dos rumos e resultados a serem alcançados.

Gohn (2013) e Castells (2017) trazem mais um elemento à reflexão ao abordarem manifestações como as de 2013 e outras que ocorreram pelo mundo como movimento de massa, de protesto, de revolta coletiva. O autor e a autora identificam que o perfil predominante dos participantes desses atos era de jovens escolarizados, da classe média, articulados via redes sociais, na maior parte das vezes com o apoio significativo da mídia tradicional que, ainda em 2013, passou a ter papel determinante na convocação e na cobertura dos protestos no Brasil.

Diante do exemplo brasileiro, percebe-se que, se o associativismo dos anos de 1990 derivava de demandas específicas, pontuais, de núcleos militantes, que seguiam as diretrizes de uma organização em movimentos de associação político-ideológica, o século XXI vem indicando uma tendência ao crescimento de movimentos de massa que atendem a apelos variados em um tipo de associação que não demanda vínculo anterior nem envolve a pessoa direta e permanentemente com a organização. Duas exceções, que entendo serem resultado de um trabalho diferenciado na última década, são os movimentos feministas e raciais que vêm em uma escalada de afirmação, provocando reações sistemáticas dos conservadores.

Esses dois movimentos indicam ter resistido a parte das mudanças que Castells (2017) sintetiza como características desse novo período, vivenciado na relação Estado e sociedade civil: 1) o início da articulação

dos movimentos, via plataformas digitais, em torno de uma ou mais motivações, por pessoas não reconhecidas pela militância orgânica; 2) a posterior ocupação de espaços públicos; 3) a redução do distanciamento entre os participantes, pela ausência de lideranças ou de um núcleo, um centro orgânico; 4) a definição mais espontânea das prioridades, geralmente plurais; 5) a articulação e a atuação a partir do debate público.

Tendo em vista essas características creio estarmos diante de um outro tipo de movimento popular, o dos movimentos de protesto, cujas especificidades diferem dos mencionados anteriormente (movimentos sociais tradicionais, movimentos de direita e contramovimentos), em especial pela forma de organização, estreitamente vinculada à comunicação *on-line*.

Mesmo diante dessa pluralidade, o que temos vivenciado no último período, em especial em relação aos movimentos sociais tradicionais e, mais recentemente, dos de protesto, como consequência de todo esse processo, é uma grande dificuldade de organização, mobilização, proposição e afirmação. Questões como as reformas trabalhista e previdenciária, o aumento no preço dos combustíveis, a redução e os ataques às políticas sociais e o desrespeito à segmentos como as mulheres, as pessoas negras, LGBTs e indígenas têm encontrado resistências tímidas e pontuais, na maior parte dos casos restritas às redes sociais.

Considerando o papel assumido e a vinculação da *internet* com estas mudanças na configuração e atuação dos movimentos sociais, entendo ser necessário dedicar uma análise acerca do uso destes novos canais de comunicação.

4 Movimentos Sociais na era das Plataformas Digitais: desafios e perspectivas

A participação em redes sociais tornou-se um modo de vida das pessoas atualmente, em especial, daquelas mais jovens, para diferentes propósitos, inclusive, protestar. Unindo revoltas individuais a âmbitos gerais de inquietação social e de potencial de revolta, em determinada sociedade, surgem cada vez mais manifestações com esse perfil.

Para Ribeiro, Borba e Hansen (2016), a popularização da *internet* foi tão significativa quando as mudanças ocorridas na cidadania política, ao revolucionar a forma de comunicação entre as pessoas, retirar o monopólio dos meios de comunicação na produção de notícias e romper barreiras de acesso. Mesmo tendo presente que há um contingente de desconectados e outros que, apesar de conectados, limitam-se a acessar conteúdos pouco informativos, não há como negar que a polarização da *internet* gerou um aumento e diversidade de conteúdos que passaram a circular, fora do crivo do mercado da comunicação e seus editores, com possibilidade de interatividade e comunicação mais próxima entre o remetente e o receptor da informação. O estudo desenvolvido pelos autores teve como problema central

[...] responder se as supostas facilidades proporcionadas pela rede mundial de computadores para a mobilização e engajamento político estariam favorecendo o envolvimento de indivíduos não mobilizados no ativismo presencial. (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016, p. 499)

Os principais achados da pesquisa indicam que o ativismo on-line predomina entre as pessoas mais informadas e mais escolarizadas, da mesma forma que ocorre em relação às formas convencionais de atuação política, como protestos e participação em movimentos sociais e partidos políticos. Por um lado, a participação on-line não rompe as barreiras impostas pelas desigualdades sociais, por outro, exige menos habilidade cívica do que a participação off-line.

Ao diminuir os custos de entrada no envolvimento político, a participação on-line pode servir como um importante instrumento de socialização, com possíveis efeitos futuros positivos sobre a propensão do indivíduo participar em outras modalidades. (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016, p. 519)

Outro estudo relacionado às manifestações oriundas de movimentos iniciados pela *internet* é o de Castells (2017) que buscou validar a hipótese de que os movimentos sociais em rede podem ser característicos da sociedade em rede, ou seja, da estrutura social deste momento histórico, de predomínio da tecnologia e da informação.

O autor identifica como marco dessas sublevações políticas a Primavera Árabe⁴ na qual a alienação em relação ao Estado, o consenso entre a população participante do protesto e a defesa do movimento pela opinião pública internacional foram digitalmente mediadas.

Os movimentos começaram, em geral, com algumas ações na *internet*, resultantes de fatos impactantes, ocorridos em um momento em que a insatisfação com aspectos, como o cinismo e a arrogância das pessoas que estão no poder financeiro, político ou cultural, a corrupção e o sistema político era grande. Castells (2017) afirma que as revoluções atuais têm cada qual sua data de nascimento e um herói rebelde. Poderíamos ilustrar a fala lembrando o fato ocorrido no Brasil, a partir da página no *Facebook* “Mulheres unidas contra o Bolsonaro” que resultou no movimento *#elenão*, iniciado nas redes sociais e estendido pelas ruas do país.

Trata-se de uma ou algumas manifestações que foram agregando outras pessoas e ideias, inicialmente nas redes sociais da *internet*, que representam espaços de autonomia, que fogem do controle de governos e empresas, as quais, historicamente, monopolizam os canais de comunicação, como alicerces de seu poder. Compartilhando dores, expectativas e esperanças, livremente no espaço público da *internet*, pessoas com opiniões pessoais e filiações partidárias nem sempre próximas começam a desenvolver projetos, formar redes, unirem-se em torno de uma ou mais causas.

Essa constituição de redes de relações funciona, pelo ato da comunicação, como um processo de compartilhar, a partir da troca de informações, sejam elas reais ou não, que permite a produção social de significado. A produção das relações de poder é diretamente afetada pela mudança desse ambiente comunicacional.

Da segurança do ciberespaço, parte dos movimentos opta por ocupar espaços públicos, como forma de serem vistos e reconhecidos nos lugares da vida social, reivindicando, da forma que Castells (2017) nomina como autoconsciência, a qual historicamente caracterizou os movimentos sociais. Os espaços ocupados desempenham importante papel no processo de mudança social e nas práticas dos movimentos, ao criarem comunidade baseada na proximidade, que permite a superação

do medo de enfrentar a dominação e o dominante, superação esta imprescindível para que as pessoas se envolvam em um movimento. A constituição de comunidades livres em ambientes simbólicos permite a construção de um espaço público, político e de deliberação.

Em geral, os movimentos analisados por Castells (2017) optaram por não envolver os partidos políticos, tiveram pouco respaldo da mídia tradicional e, quando o receberam, foi de forma distorcida. Não tinham intenção de estabelecer lideranças nem de atuar com formas tradicionais de organização. O canal de comunicação iniciado pela *internet* é mantido nela, mostrando que é possível superar o bloqueio da mídia tradicional e comunicar os eventos. Este espaço é complementado pelas assembleias locais, primando pelo debate coletivo para a tomada de decisões.

A ideia de não definição de lideranças, percebidas como intermediários, que falariam por alguém, o que não é bem visto no movimento, afeta diretamente a relação entre cidadão e governos, sindicatos e mídia. Trata-se de um processo que visa reinventar a democracia em movimentos sem líderes, conduzidos por assembleias em que cada um representa a si e apenas a si, focando mais na autenticidade do que na instrumentalidade. Essas características se aproximam do segundo grupo dos protestos brasileiros, de 2013, identificado por Alonso (2017).

As pesquisas desenvolvidas por Castells (2017) indicam que a sociedade em geral tende a apoiar esse tipo de movimento, em especial suas causas que são plurais, apesar de ter críticas aos métodos utilizados, principalmente em relação à ocupação do espaço público. Já as reações dos governos vão do confronto violento ao reconhecimento de que as reivindicações procedem e merecem consideração. Ao serem desafiados em seu poder, os Estados reagem segundo suas regras, que tanto podem ser democráticas quando ditatoriais, ou mesmo uma mescla das duas possibilidades aqui apontadas.

Gohn (2013), Castells (2017), como também Ribeiro, Costa e Hansen (2016), indicam que nem sempre os movimentos de protesto têm um programa definido com demandas específicas, ao mesmo tempo em que aparentam ter todas as demandas cabíveis. As ideias

e propostas tendem a ser reveladas pelos conteúdos de seus atores, geralmente formados por *slogans* criativos, frases de efeito, palavras significativas e/ou de ordem e expressões poéticas.

Assim, os resultados podem ser mudanças concretas ou novas ideias, uma mudança cultural que passa a crescer na consciência das pessoas, não necessariamente boa ou má. Castells (2017) afirma que, uma vez iniciados, estes processos de movimentos de protesto em rede não cessam. Seu ritmo se altera, chega a ficar invisível por determinado tempo, mas as raízes seguem se espalhando, se movendo e estabelecendo novas conexões. No caso brasileiro, este tipo de conexão foi percebido em diversos momentos, a exemplo das já mencionadas Jornadas de Junho que foram sofrendo mudanças e se estenderam até 2016, em forma de protestos. Nas eleições de 2018, reapareceram no que Lobo e Moreira (2019) identificaram como características do processo eleitoral: foco nas redes digitais e suas bolhas; disputa de posições extremas entre progressistas e liberais e *fake news*.

Evitar a política tradicional representa, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza desse tipo de movimento. Força, pela possibilidade de um autogoverno que supere os perigos representados pela burocratização, pela delegação de poder, pela corrupção e pela profissionalização política. Fraqueza, pelo risco de não conseguir construir estes novos caminhos, perder-se entre as tentativas, ou mesmo tomar rumos que agravem a situação a ser combatida, também pelo risco de que alimente os mencionados contramovimentos. Nas manifestações a atração pela multidão é “[...] um impulso para se perder num momento de fusão com as massas” (MOUFFE, 2015, p. 22).

Apesar da defesa da pluralidade como constitutiva da democracia moderna, Mouffe (2015) deixa claro que é preciso reconhecer que nem todas as lutas e reivindicações presentes na sociedade podem ser caracterizadas como legítimas. Dessa forma, o debate agonístico não deveria admitir demandas que colocam em questão a democracia e suas instituições básicas, nem considerar que hegemonias, como a ocidental, sejam impostas ao restante do mundo, enquanto modelo de direitos humanos, por exemplo. O que marca a fronteira entre o legítimo e o ilegítimo é a decisão política, sempre sujeita à contestação. Na mesma

linha, Castells (2017) aponta para a necessidade de se observar uma distinção fundamental entre o que ele chama de movimentos sociais em rede e reações populistas, de diversas naturezas ideológicas e abstratas, acirradas pelo dilema da legitimidade política, em tempos de crise e mudança no plano global.

Há outro viés, oriundo da influência da *internet*, que alimenta o crescimento desse tipo de reação e passou a ser percebido, inicialmente, nos processos eleitorais, como no caso estadunidense que elegeu Donald Trump em 2016, no das eleições brasileiras de 2018 e no *Brexit*⁵. Estou falando dos algoritmos, tratados por Menezes Neto e Morais (2018) como o manejo de informações (*big data*), lançadas pelas pessoas nas plataformas (principalmente *Facebook*). Empresas de análise e mineração de dados passaram a adquirir essas informações para avaliar a personalidade dos eleitores, aliá-las à publicidade e à comunicação eleitoral e desenvolver estratégias que guiam os votos por meio de algoritmos.

Menezes Neto e Morais (2018, p. 1.144) explicam que “[as] formas de conhecimento que resultam das análises desses algoritmos preditivos são extremamente opacas – embora deixem o indivíduo transparente à análise pelos detentores do poder”. Criam-se realidades fictícias, especulativas, com o objetivo de manipular as pessoas, direcionando-as aos interesses de quem contrata o serviço de manejo da tecnologia. Os autores alertam que: “[...] tomar decisões com base nesses sistemas, sob o falso argumento de que suas conclusões são verdades científicas, possui consequências nefastas para os direitos humanos” (MENEZES NETO; MORAIS, 2018, p. 1.144).

Essas questões, trazidas pelo avanço da tecnologia na pauta dos movimentos sociais, têm provocado uma queda nas formas convencionais de participação e uma ampliação das não convencionais, porém, as últimas não estão substituindo as primeiras. Em um ciclo histórico, movimentos sociais surgem, lutam, debatem, propõem e, em determinado momento, se dissolvem ou se transformam em relação a sua forma de organização e existência. Mudar é parte da sociedade e, também, dos instrumentos de intervenção, o que não significa enfraquecer. Durante este processo, sua produção histórica e social é

avaliada e lembrada pelos feitos sobre seus participantes, enquanto pessoas, ou seja, pela mudança cultural produzida.

Não são as tecnologias as responsáveis pelas manifestações e/ou pelo surgimento de um novo tipo de movimento(s) ou contramovimento(s). Como afirmam Mouffe (2015) e Castells (2017), tais circunstâncias são frutos das contradições e dos conflitos específicos de cada sociedade e período histórico. No entanto, a comunicação sempre foi fundamental para a formação e existência dos movimentos sociais, uma vez que é ela quem garante a conexão entre as pessoas e as condições para que estas desafiem os poderes instituídos. As plataformas digitais, por sua vez, contribuem, para além da instrumentalidade, ao favorecerem a comunicação ágil, horizontal, em larga escala e, em determinados momentos, oferecerem proteção. Diante dessas características, passam a representar o principal local de atuação de parte dos movimentos sociais, sem substituir, na totalidade, a comunicação face a face e a ocupação do espaço público, na ação coletiva.

Sobre a trajetória que temos visto surgir, Canclini (2015) afirma que foi a dissolução dos espaços políticos de negociação quem alimentou o caráter abstrato às lutas políticas dos movimentos sociais tradicionais. As cúpulas burocráticas dos movimentos não conseguiram assumir a densidade sociocultural do cotidiano, quando as indústrias comunicacionais substituíram as interações diretas pela mediatização eletrônica, sem permitir sequer sua combinação com a organização sindical e política. Nesses casos, ficam faltando ações que deem às negociações espaços e formas de interação concreta. “Agora os conflitos sociais e a gestão de suas interações se deslocaram para lugares herméticos, onde atuam forças às quais os cidadãos não podem confrontar” (CANCLINI, 2015, p. 209). O autor complementa afirmando que, atualmente, é raro nos depararmos com discursos intelectuais, confrontos diretos, imprevisíveis e tensões sociais. Age-se como se não houvesse luta, disputa, como se a negociação não fosse necessária, bastando a fotografia, a filmagem, a transmissão e o consumo das imagens. É o que o autor chama de pós-política, onde aprofundar as questões, considerar todos os pontos de vista conhecidos, ouvir a população e esclarecer os fatos são ações que aparentam não mais importar.

O desafio parece ser o de garantir que, no processo de organização e atuação via plataformas digitais, o espaço de relações, de luta, de disputa e de negociação seja conquistado de alguma forma, tendo presente o ensinamento de Gramsci (1987) de que o senso comum possui bom senso e o espírito crítico pode se desenvolver por meio dele.

Espinosa (2008) fala de dois sentimentos do ser humano, os quais precisam ser equilibrados, o medo e a esperança. Atualmente, em muitos países, a maioria da população vive com medo, sem esperança, e um pequeno grupo, econômica e politicamente forte, só vive com esperança, sem medo de que os seus privilégios sejam atacados e destruídos, sem receio de ser confrontado. Esperança sem medo leva à arrogância, medo sem esperança leva à resignação e à servidão. Para o autor, uma missão que se considere democrática deve objetivar construir algum medo para aqueles que não têm nenhum e construir esperanças para aqueles que não têm esperança alguma. Tamanho desafio exige da sociedade como um todo e dos movimentos sociais nela inseridos uma grande capacidade de discernimento e atuação.

5 Considerações Provisórias

Nas últimas quatro décadas, novos atores e novas atrizes passaram a compor o cenário histórico dos movimentos populares, com temas diversos e com variadas formas de organização e de mobilização. Em meio a uma multiplicidade de possíveis categorias de movimentos encontradas ao longo da elaboração deste artigo, considero importante arriscar uma cartografia das principais conexões percebidas com os dados produzidos. Trata-se de uma tentativa de construir aproximações e distanciamentos para encontrar pistas que ajudem na reflexão acerca das pautas e das formas de organização utilizadas pelos movimentos populares que compõem o cenário atual.

A heterogeneidade e a multiplicidade, presentes entre e em cada um deles, impede uma classificação totalizante, no entanto busquei uma aproximação construída a partir daquilo que os reúne, os aproxima, os afasta e os difere. Os fluxos seguidos me sugerem quatro agrupamentos, três deles diferem nas pautas, embora possam ter

forma de organização similar: os movimentos sociais tradicionais ou de esquerda, os movimentos de direita e os contramovimentos. O quarto, constituído pelos movimentos de protesto, difere significativamente na forma de organização e funcionamento.

Em linhas gerais, os movimentos tradicionais ou de esquerda adotam, majoritariamente, a forma de núcleos militantes, coletividades com lideranças definidas e organização vertical, embora a horizontalidade seja a meta de alguns. Definem objetivos e desenvolvem uma atuação política centrada no agonismo, na negociação e no tratamento do outro como adversário. Reúnem-se a partir de bandeiras de luta com demandas gerais e específicas que têm entre os eixos comuns a busca por justiça social, o enfrentamento ao capitalismo, ao machismo e ao racismo, enquanto causas estruturais das más condições econômicas, sociais, ambientais e políticas a que é submetida a sociedade. Defendem o combate à corrupção, políticas públicas universais e de qualidade, direitos sociais efetivos, em prol da igualdade com respeito à diversidade, um Estado atuante frente ao mercado, entre outras pautas que seguem nessa direção.

Já os movimentos chamados de direita podem ter uma forma de organização muito similar aos tradicionais ou de esquerda, no entanto levantam bandeiras liberais conservadoras, as quais pouco priorizam o social. Confiam no capitalismo como modelo de desenvolvimento e nas políticas neoliberais para sua efetivação, políticas essas que vão do Estado enxuto e eficiente à defesa da meritocracia e de valores conservadores como a pátria, a família, a religião e a propriedade privada. Acreditam no desenvolvimento econômico como motor da história. Apesar das divergências no conteúdo entre esse e o primeiro grupo de movimentos, ambos atendem ao critério do agonismo, no qual a disputa com o adversário se dá no campo das ideias. O mesmo não ocorre em relação ao terceiro grupo.

Os contramovimentos tendem a ter formas de organização variadas, no entanto lançam mão da disputa pela via do antagonismo, a qual trata quem discorda de suas ideias como inimigo a ser abatido, combatido. Assim como os de direita, priorizam as pautas conservadoras, mas não reconhecem a democracia e entendem que a justiça social deve

ser restrita a determinados grupos. Pregam ideias machistas, racistas, homofóbicas, misóginas, xenofóbicas, rechaçam as instituições públicas, a cultura, a educação, os direitos humanos e, quando convém, os partidos políticos, a política e a mídia. Esse tipo de postura e de posição coloca os grupos em questão em linhas e em conexões que se distanciam do que acredito que poderia ser considerado movimento social.

Transversalizando esses três movimentos estão os de protesto. Suas pautas podem se aproximar de qualquer um dos outros, ou mesmo mesclá-los. Colocá-los em uma quarta conexão foi uma opção, considerando características como as elencadas no decorrer do texto, em especial a pluralidade de causas, o caráter episódico, a ausência de projetos, de compromissos de longo prazo e de uma organização que possa viabilizar a ação política. No entanto, o papel que esse perfil de movimento tem desempenhado na última década o coloca no cenário.

Se estamos diante dessa diversidade de formas de organização da sociedade civil, o que aconteceu com a capacidade de mobilizar, propor e afirmar, tão cara ao processo democrático participativo? Porque, mesmo diante de um cenário de retirada de direitos, de empobrecimento, de desrespeito a determinados segmentos da população, de redução das políticas sociais e outros retrocessos, a reação tem sido tão difícil?

Uma das pistas pode estar na correlação de forças entre esses diversos movimentos populares. A bibliografia analisada sugere uma retração na capacidade de mobilizar, de propor e de afirmar dos movimentos sociais tradicionais ou de esquerda, como consequência de fatores diversos. Protestar passou a ser a principal maneira de mobilizar, mas deixou uma lacuna nas necessidades de propor e de afirmar. Essa retração e essa lacuna parecem ter contribuído para o avanço do campo liberal conservador que vem aprofundando a injustiça social.

Considerando esse arranjo atual das relações de poder, os movimentos populares, em especial os tradicionais ou de esquerda, aliados aos de protesto que dialogam com as mesmas causas, têm diante de si o desafio de construir a resistência, uma vez que as mudanças sociais prescindem da ação política da sociedade civil.

Ousando pensar em possibilidades, creio que essa construção poderia iniciar por uma reflexão coletiva acerca da realidade que

estamos vivenciando e de que discurso mobilizador conseguiria ser mais forte do que o que ocupa a posição de poder atualmente, ancorado em bases fundadoras da sociedade que se revelaram ainda ativas, a exemplo do conservadorismo liberal, da meritocracia, do agronegócio, do desrespeito às minorias, do ódio ao diferente, do descrédito às instituições públicas e à mídia, entre outras questões que abalam a justiça social. Identificar as contradições dessas bases fundadoras e construir um novo pode significar propor e afirmar a elaboração de referências comuns com as quais as pessoas possam se identificar, sem necessariamente terem que abandonar as suas, mas sim resignificá-las diante do novo que viria para somar.

Elaborado esse discurso seria preciso recuperar a capacidade de dialogar e de compartilhar com as bases para desconstruir o discurso dominante, mobilizar, propor e afirmar, rumo à construção de uma outra realidade. Comunicando-se, seja presencialmente, seja nas redes sociais, as pessoas tendem a superar o medo, diante de uma motivação poderosa, de uma força mobilizadora e, mais ainda, da fé no grupo e da esperança que ele lhe permite ter.

Em suma, para criar redes de contrapoder que consigam dialogar e quiçá se sobreporem àquelas que estão no poder será necessário reprogramar as bases sociais, a organização e a atuação políticas para disputar novas ideias e formas de atuação. Trata-se de um desafio complexo, mas imprescindível.

Notas

- ¹ Conhecido como Jornadas de Junho, trata-se de um ciclo de protestos que, no início, tinha como principal objeto de reivindicação o transporte público, centralidade que no decorrer do tempo sofreu alterações com a entrada de novas pautas, a exemplo dos protestos contra os gastos com as obras para realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, da vinculação ao PT com a corrupção e culminando com o “Fora Dilma”, que alimentou o processo de *impeachment*.
- ² Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores, governou o Brasil por dois períodos (2003 a 2006 e 2007 a 2010) e Dilma Rousseff, também do PT, foi eleita para outros dois mandatos (2011 a 2014 e 2015 a 2018), sendo o segundo interrompido em 2016, por um processo de *impeachment*.
- ³ O autor vem acompanhando a expansão de novas formas de movimentos sociais, iniciadas na Tunísia e na Islândia e disseminadas pelo mundo, a exemplo de países como a Espanha, Grécia, Portugal, Itália e Grã-Bretanha, do Parque Gezi (em

Istambul), da ocupação da Praça Maidan (em Kiev), a Revolução dos Guarda-Chuvas (em Hong Kong) e a mobilização dos mexicanos contra os assassinatos cometidos pelo Narco-Estado. Analisou também as manifestações brasileiras de 2013 e 2014.

- 4 Nome dado à onda de protestos da população do Egito, da Tunísia, da Líbia, da Síria, do Iêmem e de Barein contra os governos, em 2011. A raiz dos protestos foi o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica, falta de democracia, elevadas taxas de desemprego e alto custo dos alimentos.
- 5 Como ficou denominado o referendo realizado no Reino Unido para decidir a permanência ou a saída da União Europeia.

Referências

ALONSO, Ângela. A Política das Ruas. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, p. 49-58, junho de 2017.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Campinas, **Opinião Pública**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 383-398, novembro, 2012.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Tradução: Maurício Santana Dias. 8. ed, 2. reimpr., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

CARLOS, Eugênia; ORTELLADO, Pablo. O que são Movimentos Sociais. E como está o debate sobre o uso do conceito. Entrevista a Paulo Flores, **Expresso, Nexo**, [on-line], 12 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/12/O-que-s%C3%A3o-%E2%80%98movimentos-sociais%E2%80%99.-E-como-est%C3%A1-o-debate-sobre-o-uso-do-conceito>. Acesso: 13 nov. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

ESPINOSA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. RJ: Graal, 1979. p. 1-14.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Paulo. A constituição de uma nova cultura política. *In*: VILLAS-BOAS, R.; TELLES, V. S. **Poder local, participação popular, construção da cidadania**. São Paulo: Instituto Cajamar; Instituto Pólis; FASE; IBASE, 1995. p. 69-76.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio-ago. 2013.

GOLDMAN, Marcio. Dossiê Políticas e Subjetividades nos “Novos Movimentos Culturais”. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 8-22, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. 3. ed. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 12. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. [S.l.]: Lamparina, 2015.

IASI, Mauro L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOBO, Edilene e MOREIRA, Pedro H. C. E. Fake news e autenticidade das eleições brasileiras. *In*: OLIVEIRA, Armando A. *et al.* (Coord.). **Teoria da democracia e da filosofia do Estado e direito constitucional**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2019. p. 285-300.

MENEZES NETO, Elias J. de; MORAIS, José. L. B. de. Análises computacionais preditivas como um novo biopoder: modificações do tempo na sociedade dos sensores. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Eletrônica, v. 24, n. 3, set-dez. 2018. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/13769/7808>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2015.

RIBEIRO, Ednaldo A.; BORBA, Julian, HANSEN, Jaqueline R. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 67, n. 4, p. 497-523, out.-dez. 2016.

ROCHA, Sandra D. da. Sobre dissensos, limites e possibilidades do conceito de sociedade civil. *In*: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. UFSC, Florianópolis, 2007. **Anais** [...], Florianópolis, 2007.

Recebido em 28/06/2019

Aceito em 1º/04/2020

Claudia Regina Bonalume

Doutoranda em Estudos do Lazer pela UFMG, mestre em Educação Física pela UnB, licenciada em Educação Física pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), membro do Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional no Lazer da UFMG. Professora aposentada da Prefeitura de Caxias do Sul. Atuou, cedida ao Governo Federal, de 2006 a 2016, nos Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Agrário e nas Secretarias Geral e de Direitos Humanos da Presidência da República.

Endereço profissional: EEEFTO – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Av. Pres. Antônio Carlos, n. 6.627, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG. CEP: 31.270-901.

E-mail: cbonalum@hotmail.com